www.sindiseab.org.br

ANO XXIII - Nº 197 - JUNHO DE 2012

FILIADO À CUT BRASIL

JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO ESTADUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, FUNDEPAR E AFINS

PÁG. 3

PARALISAÇÃO DA SEAB
Greve conquista a gratificação e a consolidação da GEEE

PÁG. 4

MOBILIZAÇÃO 26 de abril: FES negocia com SEAP enquanto servidores se abrigam da chuva

PÁG. 5

PARANAPREVIDÊNCIA FES convoca a imprensa e denuncia negligência no plano de custeio

PÁG. 6

VETA, DILMA! Sociedade se mobiliza pedindo o veto presidencial

PÁG. 7

RUMO À RIO+20
Seminário escreve carta para ser enviada à Conferência da ONU

PÁG. 8

APOSENTADOS Almoço e palestra fizeram parte da programação do coletivo

Servidores definem prazo limite para enquadramento

Arquivo SINDISEAB

Plenária Estadual decide esperar somente até **30 DE JUNHO** para que o governo apresente uma solução definitiva.

Para o dia **02 DE JULHO** está programado um Ato Público em Curitiba, visita aos deputados e uma Plenária Estadual dos Desenquadrados. PÁG. 4

SINDISEAB convoca Plenárias Regionais

Fique atento ao calendário na página 2.

E MAIS:

Pagamento do Decreto 7774/10, sai ou não sai? Pág. 2
Sindicato faz moção de repúdio a assédio moral de chefia. Pág. 2
Ação judicial visa manter GEEE dos servidores da ADAPAR. Pág. 3
SINDISEAB pede providências ao MP sobre saneamento e lixões. Pág. 6
Perícia Médica será mais humanizada. Pág. 7

EDITORIAL

União é o caminho certo para a vitória

Sempre que a gente vai começar uma mobilização surgem dúvidas. Será que o pessoal vai participar? Vai valer à pena? O movimento é coletivo mesmo ou só de alguns? Será que o governo vai nos atender? A resposta é uma só:

Se houver união,
tudo é possível!
Se a luta é justa,
é preciso lutar!

Na SEAB existia uma situação injusta

Servidores com a mesma formação e funções semelhantes passaram a receber mais que outros com a criação da ADAPAR. Injustiça, ofende. Discriminação leva à indignação.

Foi com a certeza de que a reivindicação da gratificação para os servidores excluídos da ADAPAR era correta, honesta e justa, que os servidores da SEAB se uniram, se organizaram e foram até o fim. O resultado não poderia ser outro: a vitória!

Conquista melhor que a reivindicação

Ninguém imaginaria que, de quebra, o movimento grevista consolidasse a GEEE, uma reivindicação antiga dos servidores. O reajuste anual da GEEE e contribuição à previdência é, na prática, a sua incorporação ao salário.

Desenquadramento é situação injusta

A disfunção dos desenquadrados é equivalente à situação dos servidores da SEAB que não foram vinculados à ADAPAR. Mesma formação, mesma função e salários diferentes. A única diferença é que os servidores nesta situação estão em categorias diversas e associadas a vários sindicatos.

Unir para conquistar

A união dos sindicatos dos servidores, através do FES, tem o objetivo de conquistar o enquadramento e outros direitos. A Comissão dos Desenquadrados tem o mesmo objetivo.

Vamos até o fim

O importante é seguir em frente. Um apoiando o outro, sem tirar os olhos da vitória. Com o propósito de conquistar o enquadramento definitivo dos servidores vamos fazer um ato público no dia 02 de julho. Neste mesmo dia vamos ter uma plenária estadual dos desenquadrados que vai decidir as nossas estratégias para conquistar o nosso direito.

Esperamos por você!

Participe das Plenárias Regionais no interior

Todos os dirigentes regionais e associados do IAP, SEMA, Instituto das Águas, SEAB, ADAPAR e afins, estão convocados

Objetivos:

- Mobilizar os servidores do Meio Ambiente em prol da correção e incorporação da GEEE para o Sistema SEMA e o problema das horas-extras;
- Discutir também a realocação dos AAs e AEs que estão fora da ADAPAR e avaliar a greve.
- Tirar dúvidas sobre os debates do Novo Modelo de Saúde, ParanaPrevidência, Saúde do Trabalhador, Decreto 7774/10 e efetivação do Enquadramento.

Aproveitando a viagem, o SINDISEAB fará uma atualização de cadastro dos filiados e novas filiações.

Atenção para o calendário

18 DE JUNHO

- **Maringá:** 14h00, na sede do IAP
- **Paranavaí:** 18h00, no viveiro do IAP

19 DE JUNHO

- **Umuarama:** 10h00, na sede do IAP
- **Cruzeiro do Oeste:** 16h00, na sede do Instituto das Águas

20 DE JUNHO

- **Campo Mourão:** 08h30, na sede do IAP

21 DE JUNHO

- **Toledo:** 08h30, na sede do IAP
- **Francisco Beltrão:** 15h30, na sede do IAP

22 DE JUNHO

- **Guarapuava:** 09h00, na sede do IAP

25 DE JUNHO

- **Paranaguá/Litoral:** 14h00, na sede do IAP.

Moção de Repúdio e Apoio

O SINDISEAB, Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins, vem por meio desta, manifestar repúdio ao comportamento do chefe do Escritório Regional do Litoral e apoio ao servidor público **Sebastião Garcia de Carvalho** que, no dia 19 de fevereiro de 2012, sofreu injúria e assédio moral.

Durante uma reunião o Chefe do Escritório Regional do Litoral, **Sr. Matomi Yasuda**, acusou Sebastião de insubordinação, pública e injustamente, por ter supostamente enviado cópias de autos de infração ao Ministério Público Estadual, sem o seu devido consentimento. Tal acusação foi testemunhada pelos demais funcionários que se encontravam na reunião. O chefe foi além, formalizou um Memorando Interno (nº 057/12) dirigido ao presidente do IAP e ao DRH daquele órgão, reafirmando por escrito a acusação.

Segundo o Ministério Público do Paraná, em ofício nº 162/12, os números dos protocolos, que o Sr. Matomi Yasuda atribuiu a autoria ao funcionário agredido, foram na verdade remetidos pela Cia de Polícia Ambiental.

Por isso, apresentamos a presente moção de repúdio a esse ato da Chefia Regional e de apoio ao servidor Sebastião Garcia de Carvalho, que cumpre suas funções dentro das normas legais descritas no manual de fiscalização ambiental da SEMA.

NOTA | O SINDISEAB, através dos protocolos IAP (07.968.763-4-02/05/2012) e Ministério Público (894-11/05/2012), pediu esclarecimentos e providências sobre o abuso de autoridade. Até a presente data o processo do IAP encontra-se no DRH daquele órgão. Apesar dos contatos com a Chefe de Gabinete do IAP, Sra. Ana Cecilia Nowacki, nada foi resolvido. Solicitamos ainda, audiência com o Diretor Presidente do IAP, Sr. Tarcisio Mossato Pinto, para tratar do assunto.

Decreto 7774/10, até quando esperar?

A promessa feita por Sebastiani, no dia 26 de abril, é que o governo iria publicar um decreto, no fim de maio, afirmando o pagamento do Decreto 7774/10 em parcelas, a partir do mês de julho. Seriam pagos um quinquênio por mês. Quem tem cinco anos receberia somente uma parcela. Quem tem 25 anos de carreira, cinco parcelas. Mas, o mês de maio terminou e o decreto não foi publicado.

Agora, Luís Eduardo Sebastiani foi transferido para a Casa Civil. O FES enviou um ofício para agendar uma reunião com o novo Secretário de Administração, Jorge de Bem, ainda sem resposta.

O mínimo que esperamos do governo é que o compromisso, assumido pelo ex-secretário da SEAP, seja cumprido efetivando-se a progressão por antiguidade (Decreto n° 7774/2010) para os Agentes de Apoio (AA) e de Agentes de Execução (AE) do QPPE, a partir de julho de 2012.

Vamos nos mobilizar e cobrar do governo do Paraná o cumprimento desta promessa!

SINDISEAB
SINDICATO ESTADUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, FUNDEPAR E AFINS

- **FONE/FAX:** (41) 3253.6328
- **E-MAIL:** sindiseab@sindiseab.org.br
- **SITE:** www.sindiseab.org.br

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Redação:** Rafaela Santin | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Morais (MTb 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 3.000 exemplares | **Impressão:** GPP Impressão | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: Presidente: Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa). **Vice-Presidente:** Antoninho Fontanella (Seab/Francisco Beltrão). **Secretária Geral:** Carmem Terezinha Leal (Sema/Curitiba). **1º Secretário:** Jean Carlos Helferich (IAP/Curitiba). **2º Secretário:** Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (Seab/Curitiba). **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPPr/Curitiba). **1º Tesoureiro:** Izaias Alves Pereira (Sema/Curitiba). **Conselho Fiscal | Titulares:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba), Mario do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão), Milton Vasconcelos Guedes (Seab/Curitiba).

MOBILIZAÇÃO

Greve na SEAB conquista consolidação da GEEE

Depois de uma semana parados os 290 funcionários da SEAB não vinculados à Adapar decidiram aceitar a proposta do governo e voltar ao trabalho.

Em dezembro de 2011, a Lei nº 17.026, criou a Agência de Defesa Agropecuária (ADAPAR) e estabeleceu um adicional a ser recebido somente pelos cerca de 640 servidores do Departamento de Fiscalização (DEFIS) da SEAB. A concessão das gratificações (R$ 2.396,25 e de R$ 905,25) provocou uma divisão entre os servidores da secretaria.

A SEAB assumiu o compromisso, ainda em junho de 2011, de criar uma gratificação para compensar os servidores que ficaram de fora como forma a garantir o equilíbrio salarial entre todos. A secretaria chegou a sinalizar valores: para Agente de Apoio (AA): R$ 450,00; para Agente de Execução (AE): R$ 850,00; e para Agente Profissional (AP): R$ 2.250,00. Porém, quase 12 meses depois de feita, a promessa ainda não estava concretizada.

Em protesto pela equiparação salarial, os servidores excluídos da ADAPAR iniciaram a mobilização com um dia de paralisação de alerta no dia 16 de maio. O prazo para o governo acenar com uma proposta concreta terminou no dia 29 de maio. O movimento grevista seguiu todos os passos formais de um processo de negociação. Sem resposta, a greve restou como último recurso para dar celeridade à decisão do governo e foi deflagrada no dia 30 de maio.

Cláudia Morais

AS ASSEMBLEIAS REGULARES NO AUDITÓRIO DA SEAB, EM CURITIBA, DEFINIRAM AS ESTRATÉGIAS DO MOVIMENTO.

Mobilização foi vitoriosa

A SEAB em Curitiba parou completamente. No interior, a adesão foi massiva. Dos Núcleos Regionais, apenas Paranavaí não aderiu e Londrina aderiu parcialmente. A imprensa, em todo o Estado, deu ampla cobertura ao movimento. Depois de sete dias de paralisação, no dia 05 de junho, os servidores decidiram aceitar a proposta apresentada pelo Secretário Norbeto Ortigara.

CASCAVEL

MARINGÁ

CIANORTE

Resultado melhor que o esperado

Embora os valores das gratificações sejam inferiores aos reivindicados, houve uma melhoria significativa na remuneração, principalmente para os novos. Os percentuais alcançados nas gratificações em relação à proposta inicial foram de 100% (AA), 79% (AE) e 78 % (AP). Os valores definitivos da gratificação foram: (AA) R$ 450,00; (AE) R$ 670,00; e (AP) R$ 1.750,00.

A garantia de que a Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais (GEEE) será estendida para a aposentadoria com reajustes anuais, via Projeto de Lei, foi considerada um avanço. O fato da conquista ter contemplado todas as carreiras/cargos da SEAB, em valor único dentro de cada uma, também contribuiu para a aceitação da proposta.

Os valores serão implantados em folha a partir de junho de 2012 e serão iguais a todos os servidores da SEAB não vinculados à ADAPAR. As diferenças se dão apenas entre as carreiras/cargos (AA, AE e AP).

A implantação será feita por via administrativa (decreto do Governador). Após o recesso da Assembleia Legislativa, do mês de julho, será enviado o Projeto de Lei para consolidar legalmente a GEEE. Uma vez consolidada, a gratificação terá natureza contributiva para a previdência e será reajustada anualmente, junto com a data base.

Jurídico

Atendimento é ampliado em Curitiba

O SINDISEAB agora tem atendimento jurídico na sede do sindicato. A advogada Maria Luísa Altoé atende os associados às terças e quintas, no período da manhã, a partir das 9h00.

Sindicato vai à Justiça para manter a GEEE dos servidores da ADAPAR

O SINDISEAB irá propor ação judicial visando a manutenção da Gratificação de Encargos Especiais (GEEE) a todos os integrantes da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) que estão vinculados à ADAPAR.

O sindicato defende que a GEEE foi implantada como MELHORIA SALARIAL em março de 2002, portanto faz parte do patrimônio remuneratório do servidor. Os servidores do DEFIS, agora vinculados à ADAPAR, tiveram a supressão da GEEE pelos novos adicionais previstos na Lei 17.026/2011.

O assessor jurídico do SINDISEAB, Guilherme Manna Rocha, avaliou que não há tempo hábil para juntar documentos para entrar com mandado de segurança. Por isso, optou por ajuizar uma Ação Ordinária. Lembrando que, para ser representado pelo sindicato, o servidor precisa ser associado.

Os documentos devem ser enviados ao SINDISEAB, impreterivelmente, até dia 15 de junho (sexta-feira). Quem não mandar até a data definida não vai integrar a ação.

GEEE dos aposentados foi paga

Foi cumprida a liminar que garantiu a reimplantação da GEEE para os aposentados. Os valores atrasados referentes a janeiro, fevereiro e março, foram pagos em folha complementar. A partir do mês de abril, implementado em folha de pagamento. A liminar previa prisão para os gestores da ParanaPrevidência caso não fosse cumprida.

Ainda restam os atrasados do período entre a data da aposentadoria até janeiro de 2012, os cálculos serão feitos caso a caso, individualmente. Agora, o sindicato está reivindicando judicialmente a anexação do benefício a todos os aposentados que recebiam a GEEE enquanto estavam na ativa.

Coletivo jurídico vai ao interior

As reuniões do Coletivo Jurídico serão feitas em cada regional para esclarecer dúvidas e debater as ações judiciais de interesse dos associados, propostas pelo sindicato. A coordenação está preparando um relatório atualizado e, em breve, vai divulgar a agenda das visitas. Fique de olho no nosso site: www.sindiseab.org.br.

ATÉ DEBAIXO D'ÁGUA

Sob forte chuva, servidores reivindicaram direitos no dia 26 de abril

O SINDISEAB compareceu com dirigentes e associados de Curitiba e do interior, de onde vieram cerca de 100 pessoas.

Carmem Leal

AS PESSOAS SE ABRIGARAM EM TRÊS BARRACAS MONTADAS PELO FES E DEBAIXO DA MARQUISE DO PALÁCIO IGUAÇU.

Nem mesmo a chuva intensa impediu que centenas de servidores estaduais participassem da mobilização do dia 26 de abril. Os representantes dos sindicatos que compõem o Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores (FES) foram recebidos pelo secretário de Administração e Previdência (SEAP), Luiz Eduardo Sebastiani. Na pauta, índice de reajuste, desenquadrados, ParanaPrevidência, SAS e Decreto 7774/2010.

Reajuste de 5,1% é confirmado

O FES reivindicou 14,13% de reajuste da nossa data-base, para acompanhar o aumento do salário mínimo nacional, mas o governo foi irredutível. No final do mês de abril (19/04), os servidores receberam a notícia de que o reajuste seria de 4,66%, o que soou mal entre as categorias.

No dia da mobilização, 26 de abril, o secretário da SEAP prometeu ao FES a aplicação do índice do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado. No dia 09 de maio, o IBGE divulgou a variação do IPCA dos últimos 12 meses: 5,1%.

No dia seguinte, o governador enviou à Assembleia Legislativa (ALEP) o Projeto de Lei concedendo o índice geral de 5,1% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias do poder executivo. O PL 205/12 foi aprovado, no dia 15, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da ALEP. Em 22 de maio, a sessão foi transformada em Comissão Geral e o índice aprovado em plenário. O aumento foi incluído, ainda na folha do mês de maio.

DESENQUADRADOS

Servidores definem prazo limite para a resolução

Na avaliação das lideranças e dos desenquadrados presentes na reunião do dia 18 de maio, o governo não tem demonstrado vontade política para enquadrar os servidores que estão há anos em desvio de função. O governo vem aproveitando do serviço especializado dos servidores que estudaram, depois de admitidos no quadro funcional do estado, que passaram a exercer funções de nível de escolaridade maior, burlando a necessidade de outras contratações via concurso, sem remunerá-los para tanto.

Depois de 15 meses de governo Beto Richa, não existe mais a desculpa de que o assunto precisa ser discutido. A comissão de desenquadrados do SINDISEAB e o FES já debateram o assunto com o Tribunal de Contas, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público, liderança do governo na ALEP e com a própria SEAP.

Até então, os servidores vinham aceitando os prazos de solução prometidos pelo governo. O último foi dado pelo deputado Ademar Traiano, líder do governo na ALEP, de que a solução seria até o fim de março, o que não se cumpriu.

No dia 26 de abril, Sebastiani disse que o governo está fazendo reuniões informais entre autoridades para decidir como vai ser solucionado o enquadramento dos desenquadrados.

Comissão volta a falar com o Líder do Governo

Membros da Comissão dos Desenquadrados (CD) foram recebidos, no dia 29 de maio, pelo Líder do Governo na ALEP, Ademar Traiano. O deputado garantiu que o governo pretende realizar uma reunião para achar uma solução para o processo de enquadramento dos servidores. Disse ainda que, após essa reunião, terá novas informações aos desenquadrados.

No dia 06 de junho, a CD voltou a falar com Traiano. O Líder do Governo se mostrou empenhado e informou que está consolidado nos segmentos de Governo o esforço na tentativa de encontrar uma solução para o problema. Traiano contou também que a reunião que estava prevista para o dia 04 de junho, entre Ministério Público, Casa Civil, o deputado federal Osmar Serraglio, além do próprio Traiano, foi transferida para o dia 11 de junho.

Assim, ficou marcada uma nova audiência com o Líder do Governo para o dia 20 de junho, às 10h00 na ALEP. Esperamos que, até lá, haja uma solução para o problema. Independente de tal audiência, a CD está acompanhando todos os passos da negociação.

Audiência é solicitada à Casa Civil

A CD, por e-mail, reiterou a solicitação de audiência já feita pelo FES à Casa Civil. O ofício 58/2012-FES, foi protocolado no dia 03 de abril sob nº 11.471.758-4. Ainda sem retorno.

Ato Público e Plenária Estadual

Estão previstos para o dia 2 de julho um ato público em frente o Palácio do Governo, visita aos deputados na ALEP, e assembleia geral estadual com todos os desenquadrados para definir as próximas ações para conquistar o enquadramento.

O que queremos

Os sindicatos defendem o enquadramento de todos os que atendem os requisitos da Nota Técnica nº 109/2010 e a criação de uma Tabela de Classes Especiais para adequar os salários dos servidores que se formaram depois de 2002.

É importante continuar a mobilização!

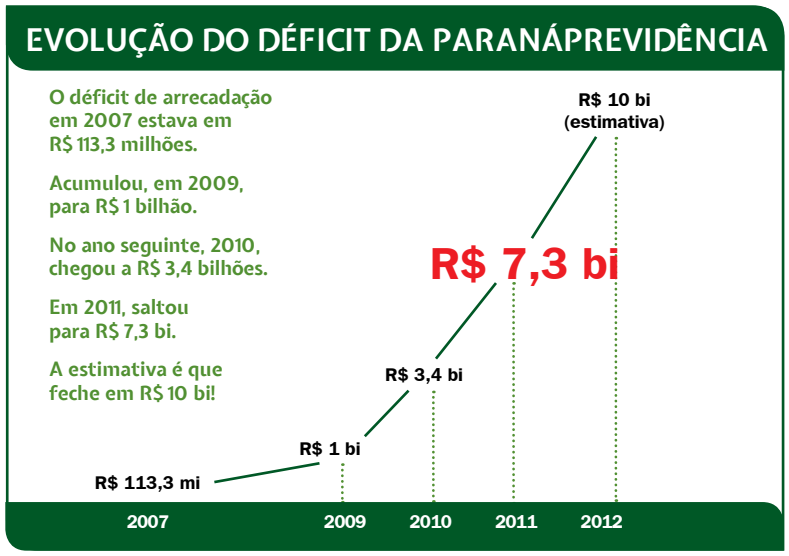
Cláudia Morais

COM A PARTICIPAÇÃO DE CERCA DE 30 PESSOAS DE VÁRIOS SINDICATOS, OS SERVIDORES DEFINIRAM QUE O GOVERNO TEM ATÉ 30 DE JUNHO PARA DAR UMA SOLUÇÃO DEFINITIVA PARA O ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES. DEPOIS DISTO A ORDEM É RADICALIZAR!

FES faz!

ParanaPrevidência está à beira do colapso

Um estudo técnico revelou que, em longo prazo, o déficit atuarial vai comprometer os direitos dos servidores e a viabilidade da instituição.



O especialista atuário, Luiz Cláudio Kogut, atualizou os dados do estudo anterior sobre as contas da ParanaPrevidência a pedido do FES. O relatório concluiu que os administradores e técnicos, que ao longo dos anos foram responsáveis pela instituição, "negligenciaram sua responsabilidade de gerir atuarialmente o plano de custeio"!

O déficit já é de 7,3 bilhões

O dinheiro que deveria ter sido arrecadado pela ParanaPrevidência, mas não foi, passou dos 7 bilhões. Este é o déficit atuarial calculado em 2011. A tendência é que o déficit aumente para R$ 10 bi em 2012. Se continuar neste passo, só terá recursos para cobrir as aposentadorias até 2020. Portanto, a criação de um novo plano de custeio é necessária e urgente.

Para agravar a situação, o número de aposentados está aumentando. Em 2009, existiam nove servidores trabalhando para um aposentado. Hoje, são sete servidores na ativa para cada inativo. Essa proporção vai continuar a diminuir, já que um grande número de servidores está em vias de se aposentar.

Porque as contas não fecham

A ParanaPrevidência simplesmente foi incorporando mais e mais servidores que não estavam incluídos na conta inicial: Ministério Público, Poder Judiciário, Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa do Paraná, sem fazer os ajustes devidos nos cálculos.

Não se sabe também, quanto foi repassado das contribuições anteriores destes servidores e se esse dinheiro entrou nos cofres da ParanaPrevidência. Sabe-se, no entanto, que o Tribunal de Contas não arrecada com os ativos o suficiente para cobrir as pensões que já foram concedidas aos seus aposentados.

Outro mistério é se o governo repassou o dinheiro que foi arrecadado pelo IPE, conforme previsto no Art. 38 da Constituição Estadual, nem está claro se passou os recursos vindos do INSS referentes ao tempo que os servidores eram celetistas ou trabalharam na iniciativa privada.

É preciso fazer uma auditoria para averiguar exatamente o quanto o governo repassou e quanto deixou de repassar. Aliás, conforme divulgado na mídia, o governo só tem repassado aproximadamente 75% do que deveria contribuir da sua parte sobre os salários dos ativos, enquanto os servidores têm a alíquota deduzida diretamente do holerite.

Novo Plano de Custeio

No final de 2010, o governo chegou a mandar um projeto para a ALEP sobretaxando os servidores e propondo pagar sua própria dívida em 15 anos. Agora, discussões dentro da instituição mostram que o governo quer um prazo de 50 anos para saldar sua dívida! Antes de apresentar o novo plano de custeio à ALEP nestes termos, é preciso que o Estado acerte suas contas com a ParanaPrevidência.

O estudo do FES foi protocolado para análise da SEAP. A coordenadora do FES defendeu a criação de um grupo de trabalho para identificar todos os problemas no fundo, especialmente as condições de ingresso de servidores de outros poderes.

FES denuncia déficit à sociedade

Para repassar seu posicionamento sobre o tema, o Fórum concedeu uma entrevista coletiva à imprensa paranaense e a coordenadora do FES divulgou uma nota dizendo que "os sindicatos contestaram a proposta apresentada em 1998 e sempre apontaram diversas divergências e necessidade de mudanças." O FES responsabiliza o governo pelo déficit, pois "é o gestor responsável e que detém a maioria nos Conselhos, que causou o desequilíbrio financeiro sem adotar medidas para sanear as contas, não pode agora querer que o pagamento do gigantesco déficit seja pago somente pelos servidores". O FES programou um seminário para disctir o assunto no dia 6 de agosto, aberto ao público.

Posição do FES:

- Uma ampla auditoria no sistema previdenciário para melhor esclarecimento e reconhecimento dos atuais valores e valores futuros;
- Mudança do regime jurídico da ParanaPrevidência;
- Conselho Administrativo e Financeiro com gestão paritária entre Estado e Servidores;
- Detalhamento dos mecanismos de compensação e reciprocidade para servidores egressos dos demais sistemas previdenciários;
- Pagamento do governo das dívidas do antigo IPE e das oriundas da criação da ParanaPrevidência, bem como das contribuições devidas.

SAÚDE DO SERVIDOR

Novo Modelo de Saúde ainda em discussão

No dia 17 de maio, o diretor do Departamento de Assistência à Saúde (DAS), José Fernando Macedo, apresentou ao FES várias propostas referentes à saúde dos servidores, mas nada por escrito. Duas chamaram a atenção:

1 Melhorias no SAS | A idéia é constituir uma rede de ambulatórios em cidades-polo do Estado, dobrando o número de hospitais conveniados, que hoje são 15. O governo continuaria a pagar de acordo com o número de vidas. Porém, aumentaria o controle fiscal dos investimentos repassados, através de uma auditoria que faria a fiscalização permanente dos serviços, para evitar fraudes.

2 Modelo de coparticipação | O novo modelo prevê a contribuição dos servidores com 4,5% da remuneração e a mesma contrapartida do Estado para formação de um Fundo de Saúde. A idéia é contratar um Seguro Saúde para o atendimento mais caro, o intra-hospitalar (urgência, emergência, próteses, órteses, cirurgias, etc). Para o atendimento ambulatorial (consultas e exames), o Estado quer firmar convênios em todo o Paraná e os servidores entrariam com um percentual de coparticipação.

Fórum negocia

O FES defendeu que o servidor contribua com, no máximo, 3% da remuneração. Reivindicou que o restante necessário seja subsidiado pelo Estado, contribuindo mais que os servidores. Será avaliada então a possibilidade de que o Estado arque com 100% do Seguro Saúde (a parte mais cara). Assim, a contribuição dos servidores seria para a parte ambulatorial.

O FES quer a garantia do atendimento descentralizado (no maior número de municípios) para evitar grandes deslocamentos. Ressaltou também a importância da gestão paritária e do controle e fiscalização dos recursos do Fundo de Saúde.

O assunto será discutido em várias instâncias do governo e terá um aval do próprio governador. Uma nova reunião está marcada para o dia 18 de junho, que será decisiva pois, o governo vai ter que dizer sim ou não para a proposta do FES.

CÓDIGO FLORESTAL

Veto de Dilma divide opiniões

O veto parcial do texto do Código Florestal, anunciado no dia 25 de maio, está dividindo opiniões. Foram vetados 12 artigos do texto e alterados 32 por medida provisória.

As entidades ambientalistas condiseram que o veto parcial abriu brecha para anistia de multas, redução da preservação das APP's e redução das exigências legais para a recuperação de nascentes. Além de possibilitar que áreas degradas sejam recompostas com plantas que não são nativas. O Greenpeace acusou a presidenta de mentir após ter prometido, ainda em 2010, que não faria nenhum tipo de anistia. O Instituto Socioambiental (ISA) afirmou que "a sensibilidade da presidente Dilma para com as questões socioambientais está abaixo da média nacional". Para o WWF, "a sociedade brasileira e mundial assiste a um país que segue jogando com o futuro de suas florestas".

Já o Comitê em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável considerou que "o texto sancionado manteve vários dispositivos com anistias e redução de áreas de proteção". Em nota, avalia que o veto parcial da Presidenta Dilma Rousef "foi insuficiente para o cumprimento de sua promessa, apesar de contrariar interesses dos setores mais arcaicos do latifúndio, e ainda mantém a anistia e a redução de áreas de proteção (APPs e RLs). Além disto, devolve ao Congresso Nacional a decisão sobre a as florestas, o que será feito apenas após a Rio +20."

Neli dos Santos

EM CURITIBA, CENTENAS DE PESSOAS FORAM ÀS RUAS PARTICIPAR DO PROTESTO NO DIA 19 DE MAIO.

Neli dos Santos

ELIANA MARIA CAMPOS (CUT-PR) E MARIA AUXILIADORA FERNANDES (SINDISEAB) EMPENHADAS EM DIVULGAR O SEMINÁRIO RUMO À RIO+20 DURANTE O ATO PÚBLICO.

Movimentos sociais veem derrota para latifúndio

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) destacaram os retrocessos que a medida presidencial impediu com o veto. Deram destaque para o retorno das regras para recomposição das matas em beira de rios, que desta vez dão tratamento diferenciado para propriedades de tamanhos diferentes.

Ruralistas preparam contra-ataque

Descontente com o veto presidencial, a bancada ruralista no Congresso Nacional já entrou com mais de 600 emendas alterando a Medida Provisória de Dilma que trata do Código Florestal.

Chamado ao Referendo Popular

O escritor e professor universitário, Leonardo Boff, lamentou a aprovação de Código Florestal e conclamou referendo popular. Além de ser representante ilustre da Teologia da Libertação no Brasil, Boff é respeitado pela sua história de defesa pelas causas sociais e atualmente debate também questões ambientais.

Em nota divulgada na internet (antes do veto parcial) disse: "Agora é o momento da cidadania popular se manifestar. O poder emana do povo. A Presidenta e os parlamentares são nossos delegados e nada mais. Se não representarem o bem do povo e da nação, de nossas riquezas naturais, de nossas florestas e de nossa imensa biodiversidade perderam a legitimidade e o uso do poder público é usurpação."

PROTESTOS INVADIRAM AS RUAS E AS REDES SOCIAIS

Além das intensas mobilizações em todo o Brasil com a participação de celebridades e do acompanhamento da mídia internacional, os internautas fizeram uma campanha massiva pelo veto total ao Código Florestal. Veja uma pequena amostra das imagens que circularam no Facebook:

MEIO AMBIENTE

SINDISEAB pede providências à Promotoria sobre descaso no Paraná

Diante de denúncias sobre o descaso ambiental pelas autoridades no Paraná, o sindicato mandou dois ofícios a Saint-Clair Honorato Santos, solicitando a atuação da Promotoria de Meio Ambiente do Estado do Paraná. Os ofícios do sindicato foram protocolados no dia 10 de maio.

Apagão no saneamento básico

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) fez uma auditoria no ano passado que analisou os serviços de coleta e tratamento de esgoto nas três maiores regiões metropolitanas do Paraná: Curitiba, Londrina e Maringá.

O TCE constatou que a arrecadação da Sanepar subiu quase R$ 1 milhão em dois anos (R$ 92,2 milhões em 2008 para R$ 93,1 milhões em 2010), mas investiu muito menos na área de tratamento. Em 2008 os investimentos chegaram a R$ 21,6 milhões, dois anos depois caiu para quase um terço: R$ 7,7 milhões. As novas ligações de esgoto também caíram para bem menos da metade: de 58,8 mil para 20,9 mil. Em Mandirituba, na Região Metropolitana de Curitiba, por exemplo, somente 5,3% das casas têm água encanada e esgoto.

Outro problema sério é que a auditoria do TCE verificou que das 32 estações de tratamento das regiões metropolitanas do estado, somente quatro atendem a todos os parâmetros exigidos (licenças ambientais e outorgas do Instituto das Águas).

Lixões sem licenciamento

O SINDISEAB também solicitou que a Promotoria de Meio Ambiente apure as responsabilidades quanto à falta de licenciamento ambiental de 65% das áreas destinadas para o lixo no Estado. O índice também foi divulgado pelo TCE.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta que a cada R$ 1,00 investido em saneamento, são economizados R$ 4,00 na área da Saúde. Além disso, as crianças que não tem acesso ao saneamento básico têm um rendimento escolar 18% abaixo das que moram em condições saudáveis.

RUMO À RIO+20

Cláudia Morais

Quem participou saiu com a visão de mundo transformada. O evento reuniu mais de 200 pessoas, e contou com a participação de autoridades, políticos ligados ao meio ambiente, professores, agricultores, sindicalistas e ambientalistas e um grande número de estudantes para debater o teor da carta a ser enviada à Rio+20.

Seminário aprova Carta do Paraná com propostas para a reunião da ONU

A Conferência da ONU ocorre entre os dias 20 e 22 de junho, no Rio de Janeiro, para reunir Chefes de Estado e tratar dos desafios ambientais para o planeta e assumir compromissos entre os países para diminuir a degradação. O Seminário "Rumo à Rio+20 - Por um Desenvolvimento Sustentável" foi promovido pela CUT-PR, SINDISEAB, APP-Sindicato e FETRAF-Sul.

Consumismo leva à destruição

O modelo econômico consumista precisa ser mudado. "Não temos condições de continuar neste ritmo sem entrar em colapso", afirmou o presidente da CUT-PR, Roni Barbosa. O representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Marco Pavarino, garantiu que se todas as pessoas tivessem os hábitos de consumo como os dos Estados Unidos, "precisaríamos de quatro planetas Terra".

Miséria gera degradação ambiental

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná, Luiz Eduardo Cheida, assegurou que a questão ambiental, técnica ou biológica, é uma questão social. "Os pobres pagam a conta", ilustrou, "os países ricos têm a tecnologia limpa e nós temos a tecnologia suja. Temos que romper isso!"

Reforma agrária é necessária

Dados do MDA revelam que a forma sustentável de produção de alimentos é a Agricultura Familiar, pois produz 70% dos alimentos da cesta básica em apenas 24,3% das terras agricultáveis do país. Além disso, os latifúndios contaminam o meio ambiente com agrotóxicos e expulsam as pessoas do campo, aumentando a concentração populacional nas cidades, agravando a poluição.

Chamado à Cúpula dos Povos

Apesar da Rio+20, ter deixado de focar temas discutidos na ECO 92, pela primeira vez, vai discutir os problemas ambientais ligados à questão social. Durante a conferência vai se reunir a Cúpula dos Povos. Um evento paralelo, também no Rio, organizado por entidades e movimentos populares de todo o mundo. A previsão é que se mobilizem mais de 20 mil pessoas. A CUT-PR organizou uma caravana. SINDISEAB vai participar com cinco dirigentes.

A representante do SINDISEAB, Shirley Margareth Reis Branco (Socióloga e Coordenadora das Ações da Agenda 21 Paraná) esclareceu aos estudantes que na agenda, são marcados compromissos. A Agenda 21 é uma relação de compromissos ambientais que 179 países assumiram em 1992, para preservar o meio ambiente até o século 21. Explicou ainda a necessidade de que "as intenções se transformem em políticas públicas e em atos jurídicos para que os compromissos tenham metas e prazos a serem cumpridos".

A dirigente do SINDISEAB, Ana Marcia Altoé Nieweglowski, (da SEMA-Curitiba), eleita como representante dos trabalhadores para o Comitê Paranaense da RIO+20, apresentou no seminário a Carta de Curitiba. O documento foi elaborado pelos servidores do meio ambiente destacando as mudanças necessárias para que o poder público fiscalize e efetivamente faça cumprir as leis ambientais.

Ao final, foi escrita uma carta com propostas do campo popular do Paraná a serem levadas à conferência mundial. "O compromisso deve ser das nações e de cada um de nós, que formamos nossas nações", avalia a presidenta do SINDISEAB, Elci Veiga Costa.

PERÍCIA MÉDICA

Psicólogos e Assistentes Sociais também fazem parte da equipe

No dia 02 de maio, a Comissão de Saúde do Fórum das Entidades Sindicais (FES) fez uma reunião com o Departamento de Medicina e Saúde Ocupacional (DIMS) e o Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS) da Secretaria de Estado de Administração e Previdência (SEAP).

Foi apresentada aos servidores a equipe multiprofissional da DIMS que agora é formada por: médico perito, engenheiro de segurança do trabalho, técnico de segurança do trabalho, assistente social e psicólogo. Cada especialidade apresentou suas atribuições em slides e, em seguida, iniciou-se o debate para esclarecer as dúvidas dos participantes.

O FES entende que a participação dos assistentes sociais e psicólogos na equipe multiprofissional é um avanço uma vez que o processo de adoecimento, também está correlacionado os vínculos familiares. A avaliação destes profissionais vai contribuir para a humanização da pericia médica.

O tema que despertou o interesse dos sindicalistas foi a perícia médica. Segundo a Diretora de Recursos Humanos da SEAP, Solange Matiello, os GRHS já estão orientados quanto à necessidade do preenchimento do formulário da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) conforme o manual da DIMS. (http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=18)

Doenças relacionadas ao trabalho

O FES reivindica que seja criado um cadastro de doenças relacionadas ao trabalho dos servidores públicos. A novidade é que não é necessário o registro para doenças adquiridas no trabalho, ou preenchimento da CAT, em 24 horas.

Agora, o médico perito identifica a doença através do prontuário do servidor e comunica à chefia da perícia médica a necessidade de estudos específicos sobre o caso. Após as avaliações do prontuário, onde ficam registradas todas as vezes que o servidor procurou a perícia pela mesma doença, o formulário da CAT é preenchido.

O médico assistente também pode atestar a doença do trabalho. O servidor público deverá solicitar este direito mediante requerimento ao GRHS de sua Unidade. O seu pedido será encaminhado e analisado pela Perícia Médica que poderá, ou não, aceitar o atestado do médico assistente.

A próxima reunião da Comissão de Saúde do FES e SEAP está marcada para o dia 17 de julho de 2012.

TRAPE-ZAPE
RAPIDÍSSIMAS RAPIDÍSSIMAS RAPIDÍSSIMAS

CUT Paraná tem Regina Cruz como nova presidenta

Ana Beatriz Pazos

Com a participação de 334 delegados dos sindicatos paranaenses filiados, no 12º Congresso Estadual da CUT Paraná, foi renovada a diretoria da central. Regina Cruz foi eleita por por aclamação. Representante do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região, Regina é ativista feminista e é representante da Marcha Mundial das Mulheres. Ela vai comandar a central pelos próximos três anos.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a CUT representa 46,6% dos trabalhadores associados a sindicatos filiados a centrais sindicais no país. Estão fora deste cálculo os mais de mil sindicatos CUTistas que ainda não conseguiram registro no MTE.

O congresso aconteceu entre os dias 24 e 27 de maio, em Curitiba. O SINDISEAB participou com três delegados: Heitor Rubens Raymundo, Maria Auxiliadora Fernandes e Donizétti Silva.

APOSENTADOS

Reunião mensal teve almoço conjunto e palestra

Fotos: Cláudia Morais

O Coletivo de Aposentados e Pensionistas do SINDISEAB se reuniu no dia 30 de maio, última quarta do mês, para um animado almoço na sede do Sindicato. No cardápio, risoto com saladas preparado com carinho pelas aposentadas Emília Francisco, Maria Marlene Woicecoski e Lídia Hovorusko, com apoio da funcionária Etni Dias Pontes,

Após a refeição, os convidados assistiram a uma palestra sobre "Envelhecimento Funcional Ativo", com o Dr. João Gilberto Costa Lopes. Em seguida, os 16 membros do coletivo esclareceram dúvidas de como aproveitar a vida com mais saúde. Para o dia 27 de junho está programada uma Festa Junina com bingo. Não perca!

Servidores da SEAB doam roupas e calçados a assentados de Mariluz

A Associação dos Funcionários da Secretaria Estadual da Agricultura (AFSEAG), reginal de Umuarama, entregou a produtores rurais do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, em Mariluz, um grande lote de roupas e calçados usados. A doação é uma prática comum da entidade, que procura atender comunidades afastadas da cidade com produtos de primeira necessidade.

A arrecadação é feita com moradores de Umuarama, que muitas vezes recebem as roupas e calçados em doação e acabam não utilizando as peças. Esta foi a segunda doação entregue no Assentamento Nossa Senhora Aparecida, a cerca de 20 Km de Mariluz. O assentamento é composto pelas comunidades de São Jorge, São João, Nossa Senhora Aparecida e Cateto. Nas quatro localidades vivem 235 famílias, com um total de aproximadamente 1.500 habitantes. Nos lotes rurais são produzidos leite, mandioca, feijão, milho e outros cereais.

Incentivo

A AFSEAG de Umuarama faz este trabalho já há algum tempo, mas normalmente não faz publicidade da ação. Porém, como a entidade percebe a dificuldade dos moradores destas comunidades mais distantes, resolveu divulgar o fato para estimular outras associações e entidades a também arrecadar donativos e repassar aos trabalhadores rurais.

Diversas outras comunidades já foram atendidas pela AFSEAG. Dentre elas estão Herculândia (Ivaté), Vila Rica do Ivaí (Icaraíma), Roberto Silveira, Nova Jerusalém e Santa Eliza (Umuarama), Saltinho D Oeste (Perobal), Mirante e Paulistânia (Alto Piquiri), Aparecida D Oeste (Tuneiras D Oeste) e São Luiz (Mariluz).

CUT comemora aprovação da PEC do Trabalho Escravo

Após semanas de mobilizações e pressões de dirigentes CUTistas, de outras centrais, CPT e dos movimentos social e de direitos humanos, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou no dia 22 de maio a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Trabalho Escravo. Dirigentes alertam, no entanto, que a luta continua, agora no Senado.

O texto da PEC estabelece que as propriedades rurais onde forem flagrados trabalhadores sendo explorados em condições análogas à escravidão, serão expropriadas depois que a sentença condenatória transitar em julgado.

Para conseguir um acordo entre as lideranças, o governo fez uma emenda na Lei 8257, conhecida como a Lei dos Psicotrópicos, que dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizar culturas ilegais de plantas psicotrópicas (como a maconha) ou a exploração de trabalho escravo. Além disso, a nova redação estabelece que a expropriação, no caso de trabalho escravo, dependerá da sentença judicial condenatória nos termos do artigo 149 do Código Penal. O texto aprovado será devolvido para o Senado, onde as alterações serão analisadas.

Fonte: CUT Brasil